

# As Forças Armadas tomaram o poder

3.ª EDIÇÃO



General Costa Gomes



General António de Spínola

## PELO POVO E PELAS SUAS LIBERDADES

As Forças Armadas assumiram perante o País a maior das responsabilidades ao tomarem conta do poder. O acto de força só será útil e terá a sua justificação, na medida em que contribua para dar a todos os portugueses participação efectiva no Governo da Nação. Não pode de forma nenhuma substituir um autoritarismo a outro; muito menos pode representar a continuação de um sistema autocrático iniciado com o golpe militar de 28 de Maio de 1926.

A Ditadura Militar então instaurada teve continuidade no

regime censório e policial que até hoje nos tem governado sem nos ouvir. As liberdades fundamentais do homem não têm sido respeitadas e os destinos do País têm sido traçados sem que os portugueses tenham sido ouvidos. Nem sequer os direitos consignados na Constituição têm sido respeitados, duramente limitados por leis de autêntico arbítrio. Imposto o silêncio aos que se não dispuseram a ser elementos dóceis do poder, privados da liberdade muitos cidadãos, atirados outros para o exílio,

(Continua na 9.ª pág.)

### O GOVERNO RENDEU-SE ÀS CINCO DA TARDE E AS TROPAS DO MOVIMENTO ENTRARAM NO CARMO

Três horas e vinte e dois minutos após ter sido difundido o primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas, terminou o cerco ao quartel do Comando-Geral da G. N. R., no Largo do Carmo, montado desde as 13 horas por forças do Regimento da

(Continua na última pág.)

### OS GENERAIS SPÍNOLA E COSTA GOMES DEVEM VIR A FORMAR UMA JUNTA MILITAR

Eram exactamente 4 horas e 32 minutos de hoje quando o Rádio Clube Português interrompeu a sua emissão normal para transmitir o seguinte:

«Daqui Posto de Co-

mando do Movimento das Forças Armadas:

As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a

(Continua na pág. seguinte)

### LIDA NA TV A PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

(LER NA ÚLTIMA PÁGINA)

ESTE JORNAL NÃO FOI VISADO POR QUALQUER COMISSÃO DE CENSURA

# A CRONOLOGIA DO MOVIMENTO

(Continuado da p. anterior)

suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos, sinceramente, que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, para o que apelamos para o bom-senso dos comandos das forças militarizadas, no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário só poderia conduzir a sérios prejuízos individuais que entulhariam e criariam divisões entre os portugueses, o que há que evitar a todo o custo. Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica esperando a sua acorrecia aos hospitais a fim de prestar eventual colaboração que se deseja sinceramente desnecessária.»

Cerca das 3 horas da madrugada, o trânsito automóvel na Avenida Marquês da Fronteira foi subitamente interrompido.

De um dos portões do quartel de Caçadores 5, ao lado da Penitenciária, saíram algumas centenas de militares armados que se bifurcaram em duas direcções: Rádio Clube Português, na Rua Sampaio Pina, e Comando da Região Militar de Lisboa e, simultaneamente, Quartel Geral, em São Sebastião da Pedreira.

A ocupação dos R.C.P. e do referido Quartel fez-se sem qualquer resistência, distribuindo-se algumas dezenas de militares pelas imediações dos locais, avançando, em seguida, até perto do Marquês de Pombal.

Na mesma ocasião, forças da PSP cercaram o seu Comando, na Avenida António Augusto de Aguiar.

Cerca das 3 horas, militares da Escola Prática de Administração Militar chefiados por oficiais do quartel do Campo Grande, entraram nas instalações da R.T.P. que foi tomada e ocupada militarmente.

Ouviram-se várias rajadas de metralhadoras. Altilafantes, de seguida, começavam a dar indicações ouvidas em todo o bairro da Quinta das Mouras e até ao Lumiar para ninguém desobedecer às ordens dos militares e que só se disparasse quando o oficial ordenasse. Ouviram-se ainda palavras pelos altilafantes que referiam: «Colmabra», «Porto», «Rádio Clube Português» entre outras mensagens.

Ao nascer do sol a região Lumiar, Aeroporto, Quartel do Lumiar, Quartel de Artilharia Ligeira n.º 1, estavam tomadas e controladas pelo Movimento das Forças Armadas.

Os poucos polícias, praças, oficiais da G.N.R. que se viam pelas ruas da cidade mostravam atitudes e apáticos perante o Movimento que se gerava.

Os oficiais e praças que ocupavam posições estratégicas na cidade estavam au-

to-confiantes e seguros de si. Cerca das 6 e 30 vários jactos da Força Aérea sobrevoaram a cidade. Cerca das 7 e 15 identicos jactos repetiram os voos na direcção Poente-Nascente.

Entretanto, às 4 da manhã, tropas do Regimento de Maifra, ocupavam o aeroporto da Portela.

Entretanto, o Terreiro do Paço era ocupado por tropas, com carros blindados. Na Rua da Conceição estava uma linha de forças armadas que impediu a circulação de pessoas. A Calçada de S. Francisco não se podia subir.

Em vários locais da cidade viam-se agentes da P.S.P., mas desarmados.

As 6 da manhã uma coluna da G.N.R. era interceptada na Avenida António Augusto de Aguiar.

As 7 e 30 era lido mais um comunicado das Forças Armadas:

Conforme tem sido transmitido as Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de acções com vista à libertação do país do regime que há longo tempo domina. Nos seus comunicados as Forças Armadas têm apelado para a não intervenção das forças policiais com o objectivo de evitar derramamento de sangue. Embora este desejo se mantenha firme não se evitará responder decidida e implacavelmente a qualquer oposição que se venha a manifestar. Consciente que interpreta os verdadeiros sentimentos da nação o movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora e pede-se à população que se mantenha calma e se recolha às suas residências. VIVA PORTUGAL.

Antes das 8 horas uma companhia de Santarém chegava ao Terreiro do Paço e zona da Baixa. Pouco depois estas tropas haviam de incorporar uma força de Cavalaria 7, que se montava no Cais do Sodré.

A entrada Norte de Lisboa, até às 8 e 30, estava completamente franqueada no avanço das colunas militares de Vendas Novas, Santarém e Santa Margarida, que se pensa virem a caminho de Lisboa.

Cerca das 8 e 30, na zona de Santos, os nossos repórteres assinalaram a presença de três carros de combate M. 48, três «jeeps» e dois camiões do Regimento de Cavalaria 4, da Região Militar de Tomar.

Uma hora depois de lido o comunicado anterior foi difundido o que se segue:

As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas, nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que entulhariam e cria-

riam divisões entre os portugueses o que há que evitar a todo o custo. Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica esperando a sua comparação nos hospitais a fim de prestar a sua eventual colaboração que se deseja sinceramente desnecessária. A todos os elementos das forças militarizadas e policiais o comando do movimento das Forças Armadas aconselha a máxima prudência a fim de serem evitados quaisquer recontros perigosos. Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessariamente mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar. Apelamos portanto para que regressem aos seus quartéis, aguardando as ordens que lhes serão dadas pelo Movimento das Forças Armadas. Serão severamente responsabilizados todos os comandos que tentarem, por qualquer forma, conduzir os seus subordinados à luta com as Forças Armadas. Informa-se a população que no sentido de evitar todo e qualquer incidente ainda que involuntário deverá recolher a suas casas mantendo absoluta calma.

A todos os componentes das forças militarizadas, nomeadamente as forças da GNR e PSP e ainda as forças da Direcção-Geral de Segurança e Legião Portuguesa, que abusivamente foram recrutadas, lembra-se o seu dever cívico de contribuirem para a manutenção da ordem pública, o que na presente situação só poderá ser alcançado se não for oposta qualquer reacção às Forças Armadas. Tal reacção nada teria de vantajoso pois conduziria a um indesejável derramamento de sangue que em nada contribuiria para a união de todos os portugueses. Embora estando cientes no bom senso de todos os portugueses no sentido de evitarem todo e qualquer incidente grave qualquer oposição das forças militarizadas e policiais às unidades militares que cercam a cidade de Lisboa. A não obediência a este aviso poderá provocar um inútil derramamento de sangue cuja responsabilidade lhes será inteiramente atribuída. Deverão por conseguinte conservar-se dentro dos seus quartéis até receberem ordens do Movimento das Forças Armadas. Os comandos das Forças Armadas e policiais serão severamente responsabilizados caso incitem os seus subordinados à luta armada.

ria para a união de todos os portugueses. Embora estando cientes no bom senso de todos os portugueses no sentido de evitarem todo e qualquer recontro armado apelamos para que os médicos e pessoal de enfermagem se apresentem nos hospitais para uma colaboração que fazemos votos seja desnecessária.

Atenção elementos das Forças Armadas e policiais: uma vez que as Forças Armadas decidiram tomar a seu cargo a presente situação, será considerado delito grave qualquer oposição das forças militarizadas e policiais às unidades militares que cercam a cidade de Lisboa. A não obediência a este aviso poderá provocar um inútil derramamento de sangue cuja responsabilidade lhes será inteiramente atribuída. Deverão por conseguinte conservar-se dentro dos seus quartéis até receberem ordens do Movimento das Forças Armadas. Os comandos das Forças Armadas e policiais serão severamente responsabilizados caso incitem os seus subordinados à luta armada.

As 8 horas a Emisora Nacional deixou de transmitir a sua programação normal.

A partir das nove horas da manhã, a Emisora Nacional começou a difundir os comunicados que, até aí, eram apenas transmitidos pelo Rádio Clube Português.

Na Ribeira das Naus e na R. do Comércio encontravam-se 6 tanques pesados, guarnecidos por infantaria, em posições de tiro. Cerca das 9 e 45 este dispositivo foi reforçado com a chegada de mais tropas, em quatro camiões. Simultaneamente, as forças em posição manobraram de forma a afastar a enorme multidão que se aglomerava nas imediações. As posições de tiro estavam voltadas na direcção Poente.

As Forças Armadas que patrulham o Terreiro do Paço pertencem à Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, e cadetes da Escola Prática de Infantaria. Na Rua do Ouro, e na Rua Nova de Almada encontravam-se viaturas «Panhard».

Não há barcos de guerra

fundados no Tejo. As repartições públicas não abriram. Cerca das 9 horas, houve troca de tiros entre forças da P. S. P. e elementos do Movimento das Forças Armadas junto ao Ministério da Marinha. As detonações puseram em pânico algumas centenas de pessoas que se encontravam nas imediações. Neste local o Movimento das Forças Armadas dispôs de cinco carros blindados, estando os seus elementos estrategicamente distribuídos em torno do Ministério da Marinha.

A meio da manhã, o Comando do Movimento das Forças Armadas forneceu à Imprensa algumas informações. Assim, ficou a saber-se que estavam detidos, por aquele Movimento os ministros do Exército, do Interior, da Defesa e do Ultramar, o chefe do Estado-Maior do Exército, o almirante Henrique Tenreiro, o general Silvino Silvério Marques e o brigadeiro Serrano, que comandou o cerco ao quartel das Caldas da Rainha, no movimento de 16 de Março.

Informações posteriores davam também como detido o dr. Geraldes Cardoso, director-geral da Informação. Todos se encontrariam no Regimento de Lanceiros 2.

Na Faculdade de Direito, embora estejam alguns professores, não há aulas. Os vigilantes fardados foram-se embora. Mantém-se lá dois ou três que não identificam ninguém e parecem estar em atitude de expectativa.

O Palácio de Belém não apresenta qualquer protecção visível do exterior. Apenas se vê uma sentinela.

Todos os quartéis da Calçada da Ajuda estão com militares fortemente armados, com as portas abertas, fazendo o controle à entrada.

Os quartéis da GNR estão com as portas completamente encerradas.

Os bancos e as companhias de seguros não abriram hoje as suas portas. Por outro lado a quase totalidade dos estabelecimentos comerciais da Baixa estiveram também completamente encerrados.

As 10.35, através do R. C. P., o Movimento difundiu o seguinte comunicado:

«A população civil não está a respeitar o apelo já efectuado várias vezes para que se mantenha em casa. Muito embora o con-

trole das acções desencadeadas seja quase total, tendo já o ex-ministro do Exército abandonado o Ministério e entrado em contacto com oficiais superiores do comando do Movimento, pede-se mais uma vez à população que permaneça nas suas casas a fim de não pôr em perigo a sua própria integridade física. Em breve será radiodifundido um comunicado esclarecendo o domínio a situação.»

As 11.15, seguintes informações colhidas junto do Movimento, sobre-se que o general António de Spínola saíra de sua casa, acompanhado de um capitão, dirigindo-se a local desconhecido.

As 11 e 45 era difundido mais o seguinte comunicado: «Na sequência das acções desencadeadas na madrugada de hoje com o objectivo de derrubar o regime que há longo tempo oprime o País, as Forças Armadas informam que de Norte a Sul dominam a situação e que em breve chegará a hora da libertação.»

Reafirma-se o desejo veemente de evitar derramamento de sangue mas igualmente se reafirma a decisão inabalável de responder decidida e implacavelmente a qualquer oposição que as forças militarizadas e policiais pretendam oferecer. Recomenda-se de novo à população que se mantenha calma e nas suas residências para evitar incidentes desagradáveis cuja responsabilidade caberá integralmente às poucas forças que se opõem ao Movimento.

Chama-se a atenção de todos os estabelecimentos comerciais de que devem encerrar imediatamente as suas portas, colaborando desta forma com o Movimento, de modo a evitar acambaramentos desnecessários e inúteis. Caso esta determinação não seja acatada será forçoso decretar o recolher obrigatório.

Ciente de que interpreta fielmente os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá inabalavelmente a missão que a sua consciência de portugueses e militares exigem. Viva Portugal!»

No largo do Carmo, uma pequena multidão não se conteve, e «assaltou» um blindado. Mãos fardadas e não fardadas no ar, os dedos em «V». Dezenas de vozes unites e jovens a gritar em unísono vivas a Portugal e à classe operária, e abaixo à guerra colonial. É esta a reacção das massas.

## A TENTATIVA DE 16 DE MARÇO

Na madrugada de 15 (sexta-feira) para 16 (sábado), há menos de seis semanas, uma tentativa de levantamento militar foi iniciada no Regimento de Infantaria 5, aquartelado nas Caldas da Rainha, onde oficiais com as patentes de major e capitão deram ordem ao comandante, segundo-comandante e três maiores, após o que fizeram sair uma coluna autotransportada na direcção de Lisboa. Horas depois o movimento abortava.

Tudo tinha aparentemente começado com o lançamento de um livro do general Antó-

nio de Spínola, «Portugal e o Futuro». Nesta obra o vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (e ex-governador da Guiné) considerava como não exequível uma solução militar para o problema ultramarino, o qual, essencialmente político, reclamaria, sim, soluções políticas.

Como poderia ser impressa semelhante tese? Mediante uma informação do superior hierárquico do autor, general Francisco Costa Gomes, chefe do mesmo Estado-Maior Geral. Nesse breve texto lia-se

que «o livro com o título em epígrafe (...) apresenta, de uma forma muito elevada, a solução que julga melhor para resolver o maior problema com que a Nação se debate — a guerra no Ultramar». Mais adiante o general Costa Gomes opinava que «o general Spínola defende com muita lógica uma solução equilibrada que podemos situar mais ou menos a meio de duas soluções extremas que têm sido largamente debatidas: a independência pura, simples e ineditada de todos os territórios ultramarinos, patrocinada pe-

los comunistas e socialistas, e a de integração num todo homogéneo de todas aquelas parcelas, preconizada pelos extrémitas da direita». Depois de afirmar que «não necessitamos desenvolver grande argumentação para concluirmos que essas soluções devem ser postas de lado, a primeira por ser lesiva dos interesses nacionais e a segunda por ser inexequível», o general Costa Gomes concluiu: «Julgo que o livro está em condições de ser publicado, acrescentando

(Continua na 11.ª pag.)

# Uma «terceira página» que a censura proibiu

## de vez em quando

Tenho feito várias tentativas no sentido de encontrar uma explicação satisfatória para o caminho político que o Peru vem percorrendo desde 1968. A minha curiosidade tem sido alimentada por não amiga que faz chegar até mim, regularmente, um número considerável de publicações peruanas. Vou lendo e pensando que entendo, mas o certo é que a dúvida não me abandonou ainda por completo. Como foi possível o ressurgimento do pequeno país latino-americano? Como sempre, para compreender o fim há que buscar o princípio. Este, encontro-o agora no primeiro discurso do general Alvarado, ao anunciar ao povo os êxitos iniciais da revolução: «As Forças Armadas, estreitamente unidas com a população civil, em autêntica fraternidade nacional, cumprem uma vez mais o seu dever, iniciando uma etapa de reivindicação de soberania e de dignidade, que ficarão como um legado precioso a nossos filhos. (...) Cómoda e agradável, mas cúmplice, seria uma posição marginal das Forças Armadas frente ao doloroso drama em que viva a Pátria. (...) O pronunciamento institucional iniciou uma revolução que jamais poderá ser detida, dado representar a inquebrantável decisão do almejado binómio Povo-Forças Armadas, a fim de pôr fim à exploração e ignominia e aos privilégios de uns poucos (...).» São estas as palavras de um general, já então, há mais de cinco anos situado bem longe da estereotipada imagem da bota e talabarte, dos «bretes» e das dragões. Para mim é difícil entendê-lo, mas o certo é que, presentemente, até a tradicional Cavalaria pôs de lado a espada para poder pisar o acelerador dos modernos carros de combate. Talvez nesta mudança esteja o segredo que, por enquanto, não entendo. Mas cuja revelação fica mais ao meu alcance quando descubro, numa outra leitura, que é possível substituir essa imagem por uma outra. E esta nova imagem reflecte a possibilidade do objecto real se insurgir contra os que se caracterizam pela «intolerância e total incapacidade dos problemas, por uma completa incapacidade, insensatez e cegueira política e administrativa». Longe estamos do Peru, é verdade. Mas o Mundo é cada vez mais pequeno.

V. D.

## PONTO CRÍTICO

PORTUGAL, O FUTURO E O MINISTRO

Assediado pelos jornalistas madrilenos, o dr. Silva Pinto, ministro das Corporações, pronunciou-se ontem sobre o livro «Portugal e o futuro», da autoria do general António de Spínola, ex-governador da Guiné e ex-vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Sobre as teses defendidas pelo prestigioso cabo de guerra — «Segundo o matutino «O Século» — disse o ministro:

«Julgo que o livro de que tanto se fala, mas que talvez não seja tão lido como parece, poderá dividir-se em duas partes. A primeira, constituindo um diagnóstico da situação militar e das condições

socio-políticas do Ultramar Português. Em minha opinião, esse diagnóstico não corresponde às grandes realidades militares e político-sociais das populações dos Estados e províncias. Quanto à segunda parte do livro, propõe a adopção de uma eventual solução evolutiva desses territórios e populações, no sentido de uma federação de Estados. Não passa, porém, de uma tese meramente teórica, porventura, suscitadora de discussões e debates, mas de qualquer modo sem o apoio das realidades e tradições histórico-políticas.»

ÁLVARO GUERRA

Não caberiam nos jornais de um mês, sequer nos de um ano inteiro, todos os artigos ou notícias que a Censura, e mais recentemente o Exame Prévio, nos impediu de publicar. O público estava, de um modo geral, informado das limitações que diariamente nos eram impostas. Mas, em boa verdade, era-lhe impossível avaliar com exactidão até que extremos ia a acção dos serviços encarregados de amordaçar a Imprensa, cuja prepotência se fazia sentir, indiscriminadamente, sobre os mais variados assuntos, inclusive naqueles acerca dos quais era totalmente imprevisível a sua actuação. Mas não é a história da Censura, em anos seguidos de nefasta actividade, que aqui pretendemos fazer. Tão-somente reproduzir três trechos cuja publicação ela recentemente proibiu e que, de certo modo, podem estar relacionados com o momento que vivemos. Os referidos trechos, que reproduzimos nesta página, destinavam-se à nossa «Terceira Página». O «Momento» foi escrito no dia 6 do passado mês de Março, o «De vez em quando» no dia 28 do mesmo mês e o «Ponto Crítico» em 2 do corrente. Destes mesmos artigos e da sua proibição foi, em devido tempo, dado conhecimento ao general Spínola, que manifestou posteriormente a sua opinião aos autores, respectivamente, dr. Raul Rego, Vítor Direito e Álvaro Guerra. Comentando a intervenção da Censura, o cartão que o general enviou ao nosso chefe de redacção, é bem expressivo: «Agradeço penhorado a fotocópia recebida, a revelar à evidência a triste situação em que se vive». Era essa triste situação que nos impedia de levar até junto dos nossos leitores o fruto do nosso trabalho. Todos entendem as contrariedades que isso nos acarretava. Neste aspecto, esperamos que o verbo acarretar passemos sempre a escrevê-lo no passado.

## MOMENTO

### A OPÇÃO DO ULTRAMAR

Pela primeira vez no regime que de há 48 anos tomou conta do País e lhe tem traçado o destino se põe uma grande alternativa. Encontrando o seu timoneiro em 1928, o regime identificou-se com um homem cuja continuidade o actual Presidente do Conselho acentuou ser necessária ainda na última campanha eleitoral; ontem voltou a advogar essa continuidade inteira, na altura mesma de pôr à mais alta assembleia do regime, única de sufrágio directo e saída das eleições que estão na mente de todos nós, com as características que têm sido as de quantas funcionaram desde 1933 até hoje, uma grande opção: a do Ultramar, como ele disse «o mais grave problema que presentemente se põe à Nação Portuguesa». Todos nós o sabemos e todos nós o temos presente, partidários ou adversários do regime, todos o sentimos na nossa vida e «na nossa alma», se quisermos usar a linguagem do Presidente do Conselho, ainda quando os nossos lábios ou as nossas vozes o não exprimam. Trata-se, com efeito, para Portugal, de uma das horas mais graves, senão a mais grave, da sua História, pois nunca as perspectivas se apresentaram tão nebulosas como as que se deparam à geração actual, para usarmos a linguagem do livro, que esteve ontem presente, embora não citado no hemiciclo da Assembleia Nacional, e de uma das mais destacadas personalidades do regime e onde se aponta nova opção de caminho a seguir, além do que sistematicamente tem sido trilhado desde que em 1930 se formulou o instrumento constitucional que regeia as colónias, províncias ou estados de além-mar. No mesmo livro se põe, pela primeira vez dentro do regime, uma alternativa de continuidade e pode dizer-se que com coragem se apresenta: «O problema da opção sobre o tipo de estrutura política que melhor poderá salvaguardar a unidade portuguesa gravita em torno da comparação entre duas correntes opostas, uma centrífuga e outra centrípeta em relação ao poder central, com vista a encontrar-lhes síntese que constitua solução válida, ou, pelo menos, a mais válida, dentro do respeito pelo princípio fundamental de acelerar o processo de emancipação social e económica do Portugal africano pela via do progresso. Haverá, assim, que tomar posição num quadro de duas teses. De um lado, uma concepção do poder central em termos de predomínio de forças centrípetas, resultante da tese «unitária», materializada na concentração de poderes, na universalidade das leis, na uniformidade orgânica e na centralização administrativa. De outro lado, uma concepção daquele mesmo poder em termos de predomínio das forças centrífugas, resultante de uma tese caracterizadamente federativa, materializada na desconcentração e descentralização de poderes, na especialidade das leis, na pluriformidade orgânica e na individualização efectiva das leis, na pluriformidade orgânica e na individualização efectiva dos governos locais.» E acrescenta-se logo que «na comparação das vantagens e inconvenientes das duas teses em presença, deverá procurar-se um ideário equilibrado que comporte os objectivos nacionais. Poderíamos dizer que a assembleia representativa do regime se encontra hoje, depois

do discurso do Presidente do Conselho, diante de duas teses: a da continuidade integral da política do regime; ou a de uma continuidade do regime com regresso a tendências de autonomia e autodeterminação que apontam para novos rumos. Evidentemente que entre uma e outra todos nós sabemos para qual penderá a votação.

Compreendemos bem que o Presidente do Conselho, posto diante do problema levantado pelo livro do general António de Spínola, «Portugal e o futuro» tenha sentido em causa o passado recente do nosso País; e compreendemos também que a Assembleia Nacional, intérprete da política seguida desde 1926 até hoje, o tenha acompanhado vibrantemente na pergunta e na resposta que a si mesmo se deu: «Temos estado errados? Não o creio.» E o homem que foi ministro das Colónias de 1944 a 1947, no período nevrálgico do final da maior das guerras e com o despertar de povos e continentes para novos rumos, tomando muitos deles sobre si mesmos a responsabilidade dos seus destinos, não deixa de ser coerente consigo mesmo e com o regime cuja política tem sido concorde na metrópole e no Ultramar, quando acentua: «Uma transigência ou uma abdicção num sítio logo afectaria a força de resistência no conjunto.» Nem podia ser outra a sua resposta, depois de ter dito não acreditar que tenha sido errada a política seguida pelo regime quanto ao Ultramar, e de ter optado pela continuidade do caminho seguido no último meio século, estruturado na Constituição de 1933 e de que faz parte integrante o Acto Colonial de 1930. Evidentemente que o Presidente do Conselho não aceita que «por esta via, apenas caminharíamos para a desintegração do todo nacional pela amputação violenta e sucessiva das suas parcelas, sem que dessas ruínas algo resulte sobre que construir o futuro». Sem aludir ao precedente bem vivo do porvir que receamos, o Presidente do Conselho afirma peremptório: «Só o Governo Central pode ter a iniciativa — porque tem a responsabilidade — da condução da política ultramarina. Só o Governo, em conjunto com os demais órgãos políticos da soberania — e não quaisquer outras entidades.» Nem deixa de apontar que «a obra realizada nas diversas parcelas do Ultramar português nos últimos vinte anos é imensa»; nem tão-pouco de dizer que «os soldados que guardam as províncias do Ultramar nestes últimos anos não estiveram a ver morrer camaradas como justificação para outros morrerem após eles». A continuidade integral de uma política que tem sido a do regime impõe-se ao homem do Governo antes de tudo o mais, nem pode «ser posta em causa a necessidade, a conveniência, a oportunidade, a extensão do esforço de defesa, por razões económicas ou financeiras».

Estamos numa encruzilhada da nossa evolução nacional e o País é de todos que não apenas dos homens do regime. Daí a necessidade de ser indispensável que a resolução seja de todos. Não se trata de palavras, mas sim do nosso destino e preciso é que todos se possam fazer ouvir e ter confiança uns nos outros para se não repetir o precedente bem vivo do futuro que receamos e no silêncio que o envolveu. Mais do que os regimes, sejam eles quais forem, interessa a comunidade, a vontade dos cidadãos elo dessa mesma comunidade.



Soldados aguardaram com expectativa ordens superiores

# UM DIÁLOGO

Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, Apresentamos a seguir a gravação de conversações via rádio entre os comandos adversos que por si só constitui documento que não deixa margem para dúvidas do êxito da acção desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas. Chamamos portanto a vossa atenção para a gravação que foi captada da conversação que foi mantida pelos comandos adversos. Digam se me estão a ouvir:

— Escuto

— Pelotão procedente de reconhecimento.

«Estão todas as saídas tapadas. Não há possibilidades de romper. Têm material blindado nas embocaduras de-cada rua. Estou aqui com a guarda. Mandei um pelotão fazer um reconhecimento. A Guarda fez também um reconhecimento e fez ligação com o quartel do Porto. Parece que é o último reduto.»

— «Creio que há um ultimato para entregar até às duas horas o Presidente do Conselho. Não sei se é verdade. Escuto.»

— Que possibilidade vê de prosseguir a acção? Que meios pensa poderia ter à sua disposição para prosseguir a operação?

— Não entendido. Escuto.

— Volto a dizer que meios tem para prosseguir a operação?

— Não vejo possibilidade porque está tudo avançado e aqui há muita população meada no meio, que não nos hostiliza porque julga que estamos do outro lado. De forma que não vejo bem que os meios aéreos possam limpar aquilo. Não acredito que tenha qualquer possibilidade de fazer qualquer acção ali.

## Proclamação do Movimento das Forças Armadas

Cerca das 11 horas, o Movimento das Forças Armadas tornou pública a seguinte proclamação:

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos;

considerando o crescente clima de total afastamento dos Portugueses em relação às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos, em crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela denegação de direitos; considerando a necessidade de sanear as instituições, eliminando do nosso sistema de vida todas as ilegalidades que o abuso do poder tem vindo a legalizar;

considerando finalmente que o dever das Forças Armadas é a defesa do País, como tal se entendendo também a liberdade cívica dos seus cidadãos;

O Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição ao Povo Português das liberdades cívicas de que vem sendo privado. Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional a quem exige o compromisso, de acordo com as linhas gerais do Programa do Movimento das Forças Armadas que, através dos órgãos informativos, será dado a conhecer à Nação, de no mais curto prazo consentido pela necessidade de adequação das nossas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes, por sua representatividade e liberdade na eleição, permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política.

Certos de que a Nação está conosco e que, atentos os fins que nos presidem, aceitará de bom grado

o governo militar que terá de vigorar nesta fase de transição, o Movimento das Forças Armadas apela para a calma e civismo de todos os Portugueses e espera do País adesão aos poderes instituídos em seu benefício.

Sabermos deste modo honrar o Passado no respeito pelos compromissos assumidos perante o País e por este perante terceiros. E ficamos na plena consciência de haver cumprido o dever sagrado da restituição à Nação dos seus legítimos e legais poderes.

## A SITUAÇÃO ÀS 14 e 30

As 14.30 foi difundido o seguinte comunicado pelo posto de comando do Movimento das Forças Armadas:

«O Movimento das Forças Armadas, pretendendo continuar a informar o País sobre os acontecimentos históricos que se estão processando, comunica que as operações iniciadas na madrugada de hoje se desenrolam segundo as previsões, encontrando-se dominados vários objectivos importantes, entre os quais se citam os seguintes: Comando da Legião Portuguesa, Emissora Nacional, Rádio Clube Português, Rádio-Televisão Portuguesa, Rádio Marconi, Banco de Portugal, Quartel-General da Região Militar de Lisboa, Quartel-General da Região Militar do Porto, Instalações do Quartel-Mestre General, Ministério do Exército (donde o respectivo ministro se pôs em fuga), Aeroporto da Portela, Aeródromo-Base n.º 1, Manutenção Militar, Posto de Televisão de Tróia,

Penitenciária e Forte de Peniche.

Sua Excelência o Almirante Américo Tomás, Sua Excelência o prof. Marcelo Caetano e os membros do Governo encontram-se cercados por forças do Movimento no quartel da Guarda Nacional Republicana, no Carmo, e no Regimento de Lanceiros 2, tendo já sido apresentado um ultimato para a sua rendição. O movimento domina a situação em todo o País e recomenda uma vez mais, a toda a população, que se mantenha calma. Renova-se também a indicação, já difundida, para o encerramento imediato dos estabelecimentos comerciais, por forma a não ser forçado decretar o recolhimento obrigatório. Viva Portugal!»

## CORRIDA AOS BANCOS (E ENCERRAMENTO) NO PORTO

No Porto, os Bancos estiveram abertos apenas uma hora. Cerca das 10, o Banco de Portugal, bem como o Sotto Mayor, de Fomento e Totta-Açores encerraram. Durante esse curto período de operações registou-se uma verdadeira corrida aos Bancos, com o objectivo de levantamento dos depósitos. Entretanto na Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência embora aberta, os seus funcionários informam não ter proventos.

## CONFIRMADA A PRISÃO DO 1.º E 2.º COMANDANTES DA REGIÃO MILITAR DO PORTO

PORTO—Confirma-se a prisão do general Martins Soares e 2.º comandantes da Região, e do brigadeiro Oliveira Militar do Porto.



O povo de Lisboa, naturalmente interessado no desenrolar das operações militares, foi, pouco a pouco, convencido diplomaticamente a afastar-se dos blindados estacionados na zona ribeirinha da cidade

## Problemas para os jovens espanhóis nascidos ou residentes em Portugal por causa da incorporação militar

«O governo de Lisboa — escrevia antecorrem o correspondente do diário madrilenho «Informaciones» na capital portuguesa — está a colocar perante uma difícil encruzilhada os jovens espanhóis nascidos e residentes em Portugal. Ao chegarem à idade militar, todos eles se vêem obrigados a escolher entre a incorporação nas fileiras do Exército português ou a sua expulsão prática do território, sem possibilidade de obtenção, no futuro, nova autorização de residência.»

«Ao chegarem à idade da incorporação — acrescenta

o correspondente do «Informaciones» —, os jovens espanhóis (filhos dos espanhóis, nascidos em Portugal ou aqui vivendo) optam, logicamente, pela nacionalidade espanhola — e afectos, portanto, ao serviço militar espanhol. Reacção do governo de Lisboa até aquela data: considerar esses jovens como «personae non gratae», não lhes renovando a autorização de residência e ficando-lhes um prazo para abandonarem o território português.»

Lê-se também no «Informaciones» que tal facto es-

tava a contribuir para «a criação de um clima de mal-estar entre os membros da colónia espanhola residente em Portugal». E não só mal-estar, mas preocupação, pois «não parece existir qualquer solução legal ou jurídica para este problema, que em todo o caso deveria ser tratado no terreno da compreensão». Com algum humor, o correspondente diz ainda não poder ser considerado «determinante», para o futuro português em África, o contingente de jovens espanhóis em idade militar residentes em Portugal.

# O FASCISMO PORTUGUÊS FERIDO DE MORTE

Por MÁRIO SOARES

A origem próxima dos acontecimentos que tiveram lugar há alguns dias em Portugal, especialmente nos meios militares, remonta à publicação do livro do general António de Spínola, «Portugal e o Futuro», em 22 de Fevereiro passado, em Lisboa.

Este livro é, antes de mais, uma tomada de posição, feita com coragem e conhecimento de causa, por parte de um oficial que, ainda há poucas semanas, era considerado pelo governo de Marcelo Caetano como uma espécie de herói nacional. Recordar-se que o ditador criou para o general Spínola, em Janeiro passado, o posto de vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. E enquanto os jornais portugueses censurados, o celebravam como «o primeiro militar português», recebia das mãos do presidente da República a mais alta condecoração nacional, a ordem de «Torre e Espada».

António de Spínola era coronel no início da guerra colonial (Março de 1961) e alistou-se voluntariamente para combater em Angola. Foi também em Angola que ascendeu ao posto de brigadeiro e depois de general. Há cerca de cinco anos, foi nomeado governador militar (e também civil) da «provincia» da Guiné, ou seja, da colónia onde a guerrilha tem causado maior desgaste e onde, por conseguinte, a situação militar ou tornou mais difícil para o Exército português. Aí se distinguiu pela firmeza do comando, mas também pelas medidas ditas «psico-sociais» em relação à população africana, as quais nem sempre foram aceites em Lisboa. Foi também lá que o seu plano amadureceu...

De regresso a Lisboa, em finais de 1973, ajudou o governo de Caetano a fazer abortar uma tentativa de golpe de Estado dirigida pelos generais ultras Kaulza de Arriaga (antigo governador militar de Moçambique, demitido após a revelação dos massacres, em Julho passado), Silva Marques e Luz Cunha (antigos governadores militares de Angola), sob discreta inspiração do presidente da República, Américo Thomaz. Procedeu assim não porque estivesse de acordo com Caetano mas porque esperava a sua oportunidade, e sabe o muito bem que um profundo movimento de descontentamento se desenvolvia entre os «capitães» e os oficiais subalternos.

Com o efeito, obrigados a retomar o serviço nas colónias e — e perante uma guerra colonial cada dia mais mortífera, e cujo fim não se pode prever — os oficiais portugueses dão sinais crescentes de fadiga. Sem falarmos das tropas do contingente que devem cumprir quatro anos e meio de serviço militar obrigatório. Ora os oficiais não querem ser os bodes expiatórios duma situação que os ultrapassa e cuja responsabilidade recai unicamente sobre o Governo. O espectro duma rendição sem glória, como a de Goa, em 1961, quando os Portugueses foram expulsos do continente indiano devido à teimosia e loucura de Salazar, continua presente. E pois natural que o Exército não queira reencontrar-se em

semelhante situação, na Guiné ou em Moçambique...

Por outro lado, o Exército não pode ficar insensível ao ambiente de contestação global perante o regime que vigora na Nação. Essa contestação tem-se manifestado, por diversas vezes, apesar da inexistência de meios de expressão, contra o prosseguimento da guerra colonial e pelo restabelecimento da democracia, especialmente aquando das últimas pseudo-eleições de Outubro de 1973.

A respeito disto, basta lembrarmos que o corpo eleitoral é constituído somente por um milhão e oitocentos mil eleitores bem escolhidos numa população de vinte e três milhões (colónias incluídas). Ora os candidatos do partido único, que ficaram sozinhos na lida depois de desistência da Oposição, apenas obtiveram 25 por cento dos votos, segundo informações seguras emanadas do Ministério do Interior...

## A REBELIÃO ARMADA

Este ambiente de contestação — agravado pela subida do custo de vida (22 por cento de taxa de inflação em 1973) e pelo atraso económico do país em relação à Europa — contaminou o Exército, cujos oficiais subalternos e sargentos são, aliás, mal pagos.

Spínola, tendo consciência de tudo isso e querendo aproveitar-se do descontentamento do Exército, julgou a hora propícia para a publicação do seu livro. Jogou, evidentemente, com uma tomada de consciência provocada pela generalização do debate acerca das opções fundamentais do país perante a «crise mais grave que Portugal atravessa desde sempre».

O livro do general Spínola, aliás previamente aprovado pelos superiores hierárquicos deste (o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Costa Gomes e o ministro da Defesa, Silva Cunha), teve grande impacto na opinião pública.

Pela primeira vez em Portugal, um general com responsabilidades de comando teve a coragem de dizer em voz alta o que toda a gente murmurava há muito, ou seja: que não se pode ganhar militarmente a guerra; que o País se aproxima do esgotamento dos recursos humanos e financeiros; que Portugal não pode manter por mais tempo a sua actual política sem gravíssimos inconvenientes, dado o seu isolamento internacional, que se tem de chegar rapidamente à paz, concedendo aos povos africanos o direito à autodeterminação (segundo ele, no quadro de uma espécie de Commonwealth portuguesa); e, finalmente, que é urgente «liberalizar» as estruturas políticas do País, de modo a assegurar a participação popular a todos os níveis das decisões políticas.

Um responsável da oposição que tivesse publicado tal livro seria, sem dúvida, preso por «crime contra a segurança do Estado» ou até por «traição à pátria». Tratando-se de Spínola, compreende-se muito bem o embaraço do governo, sabendo-se principal-

mente que as ideias de Spínola são partilhadas por grande parte do Exército — que aliás vai mais longe que Spínola.

Todavia, logo após a publicação do livro — cujos 10000 exemplares da primeira edição se esgotaram em 48 horas — começaram os ataques orquestrados. Primeiramente, discretos, mas logo muito insistentes.

Parece que foi o presidente da República, apoiado pelos ultras de todas as castas, que levou Caetano a agir. De qualquer modo, este convocou a Assembleia Nacional — a Câmara de «yesmen», que nunca desempenhou qualquer papel na vida política do regime — e pediu um voto de confiança acerca da política colonial do governo. Este facto insolito mostra bem a desorientação do ditador. Uma vez adquirido tal voto, por unanimidade, evidentemente, Caetano mandou prender três oficiais conhecidos como amigos de Spínola. Depois demitiu Costa Gomes e Spínola das respectivas funções. Para os lugares deles, nomeou para chefe do Estado-Maior o general Luz Cunha, antigo ministro de Salazar, e um dos conspiradores ultras da equipa de Kaulza de Arriaga.

Desde então, as coisas começaram a complicar-se. Alguns oficiais reunidos na Escola Militar votaram pela maioria uma moção de protesto contra a demissão dos dois generais. As reivindicações de carácter corporativo deram rapidamente lugar a reivindicações tipicamente políticas. Um documento assinado por trezentos oficiais foi então divulgado clandestinamente em Lisboa.

A Guarda Nacional Republicana, fiel ao governo, teve de cercar a Escola Militar para tentar deter a agitação que, aliás, se tinha já propagado a outras guarnições da capital. Nas cidades da provincia — em Chaves, Lamego, Porto, Viseu, Leiria, Beja e Elvas — também houve diversos movimentos de protesto e um começo de rebelião espontânea. Por fim, a guarnição das Caldas da Rainha revoltou-se, prendeu o comandante e marchou sobre Lisboa, ao alvorecer de 16 de Março.

Durante todo esse tempo, os generais Costa Gomes e Spínola não agiram. Mal coordenada e bastante confusa nos objectivos, a rebelião morreu na casca, sufocada pelas forças fiéis ao governo, essencialmente pela Guarda Nacional Republicana e pela Polícia. Foram presos dezenas de oficiais e, contrariamente ao que o regulamento militar estipula, entregues à polícia política (a ex-Pide, actual D. G. S.).

Nem por isso a calma voltou. Os comunicados ultrapolíticos do Governo provavam embaraço deste e não satisfazem ninguém. Toda a gente quereria saber mais e é impossível obterem-se elementos sérios de informação. A censura investe e os jornais amodoados continuam a falar de futebol para encherem as páginas. Donde, essa impressão de indiferença popular que choca todos os jornalistas estrangeiros que em grande número acorreram a Lisboa.

De qualquer forma, é certo que a revolta espontânea dos oficiais não foi mais que um começo. O mal-estar agravou-se com a repressão. E agora que a verdadeira tomada de consciência começa e ela não deixará de dar os seus frutos. Dentro de um mês ou de um ano... mas é inevitável!

Para já, é preciso sublinhar que o primeiro vencido foi o próprio Caetano. Este perdeu completamente a face e, com toda a evidência, já não tem uma política coerente: tomado num fantoche nas mãos dos clans divididos do Exército, ele está mais que nunca prisioneiro dos ultras, na medida em que é obrigado a demitir os seus aliados conjunturais de há um mês. O segundo vencido é, talvez, Spínola, se é verdade que este fez declarações atenuantes que lhe são atribuídas pelo Governo.

Mas mais importantes que a personalidade do general Spínola ou mesmo que as suas reacções são as forças que ele exprime e que o empurram. O que domina em todo este processo é a divisão do Exército.

Podese agora afirmar que pelo menos uma parte deste (talvez a mais significativa) é

contra a guerra colonial e não tolera mais a ditadura. Esta simples contestação abre um ciclo novo na história do fascismo português e conduz necessariamente à imposição, e curto prazo, de mudanças políticas fundamentais. A base de apoio do regime, já muito resbita anteriormente, fecha-se ainda mais, e perigosamente.

Caetano perdeu a sua credibilidade, mesmo em face dos seus amigos americanos ou dos seus partidários da NATO. Mais do que nunca o regime fascista e colonialista português está isolado no interior do país e no estrangeiro. Mesmo os seus mais próximos aliados e amigos — os Espanhóis, os Brasileiros e o Vaticano — afastam-se progressivamente...

A Oposição, na pluralidade das suas diferentes correntes representa pela certa a grande maioria do país, mas ela dispõe de fracos meios para se fazer ouvir. Ela permanece, pois, silenciosa e é a vítima escolhida por uma repressão atroz que não desarma.

Notou-se, com razão, que a Oposição ficou estranhamente afastada dos últimos acontecimentos. É verdade, em parte. Além disso, as divisões no

seio da hierarquia militar — reflexo das divisões da classe dirigente — não lhe dizem directamente respeito. Todavia, o movimento dos capitães coincidiu com a Oposição em várias das reivindicações. É uma convergência importante. Deve-se, aliás, dar-lhe relevo, porque mostra este fenómeno de osmose que penetra, a todos os níveis, a sociedade portuguesa: as reivindicações democráticas da Oposição tornam-se contagiosas e avolumam-se.

Entretanto, trata-se de organizar o combate final contra o fascismo e o colonialismo, feridos de morte. Este combate deve ser unitário para ser eficaz, e deve ser sem equívoco. Precisamos de reconquistar a democracia e reconhecer aos povos africanos a independência. O Partido Socialista empenha-se, por sua vez, em procurar coordenar os seus esforços com os de todos os outros partidos e forças de Oposição ao regime, sobretudo com os que se reclamam da classe operária e do socialismo.

(Artigo publicado no semanário parisiense «L'Unité»)

«O Povo, realista, na sua inteligência por vezes ingénuo, esse emigra. Esta é a prova evidente de que algo terá de ser revisto à luz de um espírito novo. (...) É no Povo que reside, de facto, a reserva moral da Nação.

É pois no sentido da unificação desse Povo em torno dos seus interesses, que tem de encontrar-se a solução dos problemas do presente. Para tanto, impõe-se equacionar o problema nacional na base de um renovado espírito de unidade. De uma unidade edificada na prosperidade, na vivência e na participação, e jamais dogmaticamente postulada por determinação da lei».

Excerto de «PORTUGAL E O FUTURO» do general António de Spínola

## SETE PESSOAS FERIDAS FOI TOMADO PELO EXÉRCITO O QUARTEL DA G.N.R. DO PORTO

Recolheram ao Hospital de S. José, por terem sido atingidos por tiros, durante o golpe militar, os seguintes cidadãos: Maria Emilia Marques, de 32 anos, e Carlos Alberto Carvalho Parreira, de 35, ambos com ferimentos muito graves; Maria Fernanda de Jesus, de 18; Fernando José Venâncio Pereira, de 15; Arnaldo José Marques, de 16; José Morgado Rodrigues, de 21, e Joaquim da Silva Guerra, de 20 anos.

Desconhece-se, por enquanto, o número e a identidade de outros feridos.

PORTO — Embora ainda com certas reservas podemos informar que o quartel do Carmo da G.N.R., nesta cidade, foi tomado pelos comandos de Lamego.

Entretanto o Quartel Geral está de prevenção com tropas ao redor.

## OCUPADAS AS INSTALAÇÕES DO R. C. P. NO PORTO

As 15 e 30, vinte homens do CICA 1 sob o comando do alferes Freitas ocuparam as instalações do Rádio Clube Português no Porto, na Rua Tenente Valadim.

A Polícia de Segurança está recolhida no quartel e nas diversas esquadras.

## MOVIMENTO DE TROPAS NO PORTO

PORTO — Cerca das oito horas soubemos que o posto do R.C.P. de Miramar tinha sido tomado pelas Forças Armadas.

O Exército ocupava a ponte da Arrábida, enquanto por toda a cidade se via grande movimento de tropas.



# TEMPO DE DÚVIDA E PERPLEXIDADE

«Não nos rendemos. Estamos a lutar por uma causa justa. A Assembleia Nacional não tem representatividade popular. A exoneração do general Spínola é um insulto. Vim há quinze dias da Guiné e não me admira nada que, dentro em pouco, estejam massacrados 5000 homens. Só nos rendemos com ordem do Spínola» — isto foi o que disse (ao megafone) um tenente do regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha, na manhã do dia 16 de Março transacto, dirigindo-se ao brigadeiro Pedro Serrano, que comandava as forças fiéis ao Governo de Marcelo Caetano. Efectivamente, o quartel das Caldas da Rainha acabaria por se render e a intenção malograda-se. Hoje, porém, o «Movimento dos Oficiais» já deu a resposta ao Governo e, à hora em que redigimos esta nota, o brigadeiro Serrano está detido à ordem dos insurrectos.

Não podemos «admitir que hoje se morra apenas para que amanhã continue a morrer-se» — escreveu o general António de Spínola no seu livro «Portugal e o Futuro». A doutrina não era nova: as

classes trabalhadoras, os universitários e os movimentos de Oposição já claramente se tinham pronunciado acerca do «impasse» ultramarino que, de todo em todo, bloqueia a vida nacional. Simplesmente António de Spínola teve indiscutivelmente o mérito de ser o primeiro oficial-general das Forças Armadas a afirmar

comentário  
de  
**MARIO MESQUITA**

abertamente a impossibilidade de proseguirmos na mesma política colonial.

Isso custou-lhe, naturalmente, a demissão do posto de Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que então ocupava, e obrigou o Governo de Marcelo Caetano a definir-se inequivocamente, procurando apoios à sua direita e vinculando-se irremediavelmente à continuidade sa-lazarista. A demissão de Spínola esteve na origem de uma verdadeira crise nacional. Depois do voto de confiança hipócrita de um parlamento que não representava a Nação e

que vivia na obediência servil do Executivo, registou-se a conspiração abortada das Caldas da Rainha — ao que parece, mero incidente derivado da descoordenação de alguns sectores do Exército com os chefes do movimento insurreccional.

Seguiu-se um período de «vazio político», em que as «conversas em família» rarearam em número e convicção, até que, na madrugada de hoje, foi anunciado, pela rádio, que as Forças Armadas tomaram conta do poder para «libertar o país» do regime que no oprime há mais de quarenta anos.

Perante a evolução dos acontecimentos, é natural que as Forças Armadas apelm, neste grave momento, para os generais António de Spínola e Costa Gomes, chamando-os a ocupar o poder, ao menos provisoriamente. Mas qual o programa que vai ser aplicado, quais as medidas que o novo governo vai tomar a curto e longo prazo? Naturalmente, a Nação aguarda a resposta a estas questões. E, sobretudo, aquelas que dizem respeito às liberdades públicas e à guerra.



Lisboa acordou com o espectáculo inesperado de homens em armas, ao mesmo tempo que pela rádio se anunciava a libertação do País

Quanto à questão das liberdades públicas, os documentos emitidos, antes da intenção das Caldas, pelo então chamado «Movimento dos Oficiais» (v.d. «A Tentativa de 16 de Março», nesta mesma edição), são bem claros ao preconizar a «obtenção a curto prazo de uma solução para o problema das Instituições no quadro de uma democracia política». O mesmo não se poderá dizer do livro do general Spínola, onde as virtudes da prudência largamente se impuseram às vantagens da clareza. Refere-se, é certo, em «Portugal e o Futuro», que é necessário estabelecer um regime de liberdade no capítulo da Informação — alusão evidente à tão desejada supressão da instituição da censura prévia. Sem deixarmos de reconhecer o importante avanço que constituiria a abolição da censura, compete-nos lembrar — no desempenho do papel de garantidas das liberdades que deverá ser o nosso — que a democracia política não se confina à livre expressão de pensamento, nem esta se reduz à política da informação. Necessário seria, além da li-

quidação da polícia política (PIDE-D.G.S.), que se legalizasse a existência de partidos políticos até agora remetidos à clandestinidade.

No que à questão da guerra do Ultramar respeita, os comunicados que precederam a tentativa das Caldas falam na urgência de tomar em conta «a realidade incontroversa da funda aspiração dos povos africanos a governarem-se por si próprios». Por sua vez o livro de Spínola, adiantando a proposta de uma solução federal, considera prioritária a realização de um «referendum», para que sejam auscultadas as populações africanas. Contudo, não se definem as condições em que tal consulta se realizará — e nunca, ao longo de todo o livro, se admite expressamente a hipótese de negociações com os próprios movimentos africanos.

Nesta ocasião, em que muitos portugueses se debatem na dúvida e — porque não dizê-lo? — na perplexidade, outra coisa não poderemos dizer que não constitua a reafirmação daquilo mesmo que sempre defendemos: a profunda democratização do país e a solução negociada da guerra do Ultramar, no respeito do direito dos povos à autodeterminação. E que a perplexidade do povo português não respeita certamente ao seu desejo de paz e liberdade, mas sim aos acontecimentos que neste momento se desenrolam e ao rumo que as Forças Armadas vão imprimir à política nacional.

O nosso voto — que o Exército saiba interpretar corajosamente os verdadeiros anseios do povo português.

(Lisboa, 25-4-1974, 13 horas)

## A NAÇÃO É O VERDADEIRO SUPORTE MORAL DAS FORÇAS ARMADAS

— afirmou o general Spínola na posse do cargo de vice-chefe do Estado-Maior General

A eficiência e o prestígio das Forças Armadas «só se conquistam na disciplina e pelo elevado sentido cívico, isenção e absoluta independência que terão de caracterizá-las» — afirmou o general António de Spínola, ao tomar posse do cargo de vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, no dia 17 de Janeiro deste ano. A posse foi-lhe conferida pelo ministro da Defesa Nacional, prof. Silva Cunha, que chamou ao general Spínola «chefe militar de qualidades ímpares».

No seu breve discurso, o general António de Spínola afirmou: «Decidiu o sr. Presidente do Conselho, de acordo com V. Excelência, nomear-me para o cargo de vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, em cujas funções acabo de ser investido. Recebo-as na plena consciência das responsabilidades que acarretam e que não enjeito; consciência revigorada no contacto directo com as realidades da conjuntura, desde há muito apontando para a imperiosa necessidade de reestruturar as Forças Armadas em ordem à sua eficiência, assegurando-lhes concomitantemente o prestígio que lhe é próprio como expressão viva da consciência nacio-

nal». E depois: «Sou dos que sempre pensamos que a Nação — consubstancialmente na massa anónima do povo que a conforma — é o ver-

dadeiro suporte moral das Forças Armadas, incutindo-lhes como tal um carácter de absoluta integração nos valores por que a própria Nação se define».



Soldados do Movimento percorreram a cidade em blindados ligeiros

## ANTÓNIO DE SPÍNOLA — UMA CARREIRA BRILHANTE DE HOMEM E DE MILITAR

Galardoado com a mais alta condecoração militar portuguesa (Torre e Espada com palma), o general António de Spínola (António Sebastião Ribeiro de Spínola, de seu nome completo) nasceu em Estremoz a 11 de Abril de 1910. Tendo feito estudos secundários no Colégio Militar, onde tinha o n.º 33, terminou o respectivo curso em 1928. Quatro anos depois, concluiu o curso da Arma de Cavalaria, na Escola do Exército.

Alfereces em 1 de Novembro de 1933, foi promovido quatro anos depois ao posto de tenente e, em 20 de Março de 1944, ao de capitão. A promoção ao posto de major data de 16 de Dezembro de 1955.

Já tenente-coronel, comandou em Angola (Janeiro de 1962 a Maio de 65) o Batalhão de Cavalaria n.º 345 que, depois de longo período na ZIN (Zona de Intervenção do Norte), na região de Bessa Monteiro, foi para uma região não intervencionista, como era hábito na altura. Frequentou, depois, o curso de Altos Comandos.

Antes, tinha prestado serviços nos Regimentos de Cavalaria n.ºs 2 e 7 e na Guarda Nacional Republicana. De 6 de Fevereiro a 5 de Junho de 1945 esteve no Ministério da Guerra e de Junho de 1945 a 30 de Janeiro de 1946, serviu no Comando Militar dos Açores. Exerceu ainda o cargo de ajudante de campo do general comandante geral da G. N. R. de 30 de Setembro de 1939 a 11

de Fevereiro de 1943. Além disso, foi director da «Revista de Cavalaria».

### NA GUINÉ

Ainda brigadeiro, foi nomeado governador e comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné, em Maio de 1968. Promovido a general pouco depois da sua chegada, o general António de Spínola desempenhou as referidas funções até Maio de 1973. Exonerado a seu pedido, foi substituído pelo general Bettencourt Rodrigues.

No regresso, foi-lhe conferido o Grande Oficialato com Palma da Ordem Militar de Torre e Espada do valor Lealdade e Mérito, por alvará de 31 de Maio de 1973.

Após alguns meses de licença, foi chamado a preencher a vice-chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas, lugar que fora criado em Dezembro de 1973, sendo chefe o general Costa Gomes.

O general Spínola tomou posse em 17 de Janeiro deste ano e foi esonerado em 15 de Março, assim como o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Costa Gomes.

A sua experiência africana militar em Angola e na Guiné e governador na Guiné — está na base do livro «Portugal e o Futuro» que foi posto à venda em 22 de Fevereiro e tem recebido uma extraordinária aceitação do público, indo já na terceira edição.

SEMANÁRIO DE PORTALEGRE

**a Rabeca**

UMA VOZ DO ALENTEJO QUE CONVÉM ASSINAR

semestral — 65500

anual — 130500

Nome .....

Morada .....

Localidade .....

**AVARIAS NOS TELEFONES E FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE**

A partir do meio da manhã, começaram a verificar-se falhas de energia eléctrica em alguns bairros de Lisboa. Algumas zonas da cidade também se viram privadas do funcionamento de telefones.

# DECLARAÇÃO DO MOVIMENTO CDE DE LISBOA

Do Movimento CDE de Lisboa recebemos, com o pedido de publicação, a seguinte declaração:

«Desde as primeiras horas da madrugada de hoje, o País assiste ao mais grave acontecimento político verificado na longa vigência do regime fascista — o desencadear de um movimento militar que pode prenunciar uma profunda modificação na situação política portuguesa.

Neste momento grave da vida do País, o Movimento CDE de Lisboa, ciente das responsabilidades que lhe são criadas pela identificação da sua luta com as mais profundas aspirações do Povo Português e pelo maciço apoio popular que conquistou, torna público que:

1. — Considera positivas todas as acções que conduzam ao derrube do regime que há cinquenta anos oprime o Povo Português.

2. — Sublinha que o derrube do regime nunca deixará de ser apenas um primeiro passo para a resolução dos problemas do País numa perspectiva efectivamente popular.

O Movimento CDE de Lisboa afirma-se ao lado de to-

dos aqueles que se batam pela libertação do Povo Português. E reafirma que o futuro do País exige de imediato.

— Fim da guerra colonial, com abertura de negociações com os Movimentos de Libertação, na base do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e independência.

— Restabelecimento de todas as liberdades democráticas.

— Restabelecimento das liberdades sindicais e do direito à greve.

— Libertação de todos os presos políticos.

— Abolição da censura.

— Extinção da PIDE/DGS e total remodelação das restantes forças policiais.

O Movimento CDE de Lisboa reafirma que, como sempre, lutará pelos objectivos que o Povo Português lhe aponta, pelos objectivos por que o Povo Português se bate.

## VIVA A LIBERDADE!

Lisboa, às 13 horas de 25 de Abril de 1974.

A COMISSÃO EXECUTIVA DO MOVIMENTO CDE DE LISBOA»

# O EX-GOVERNO RENDEU-SE SEM USO DA FORÇA

— foi comunicado pela Rádio ao fim da tarde

As 18 e 20, o Movimento das Forças Armadas emitiu, pela rádio, o seguinte comunicado:

«Aqui Posto de Comando das Forças Armadas:

Em aditamento ao último comunicado, o Movimento das Forças Armadas informa a Nação que conseguiu forçar a entrada no quartel da Guarda Nacional Republicana, situado no Largo do Carmo, onde se encontrava o ex-presidente do Conselho e outros membros do seu ex-governo. O Regimento de Lanceiros 2, onde se recolhiam outros elementos do seu ex-governo, entregou-se ao Movimento das Forças Armadas sem que houvesse necessidade de emprego da força que os cercava. A quase totalidade da Guarda Nacional Republicana incluiu o seu comando e a maioria dos elementos da Polícia de Segurança Pública, já se rendeu ao Movimento das Forças Armadas.

O Movimento das Forças Armadas agradece a população civil todo o carinho e apoio que tem prestado aos seus soldados, insistindo na necessidade de ser mantido o seu valor cívico ao mais alto grau. Solicita também que se mantenha nas suas residências

durante a noite, a fim de não perturbar a consolidação das operações em curso, prevenindo-se que possa retomar as suas actividades normais amanhã, dia 26. Viva Portugal.»

# ENTRADA DO R. C. 3 DE ESTREMOZ E RENDIÇÃO DE FORÇAS DA G. N. R. NO CHIADO

As 15 e 10, chegaram ao Largo da Misericórdia, descendo do Príncipe Real, pelo mesmo trajecto que algum tempo antes fora percorrido por companhias de G.N.R., efectivos do Regimento de Cavalaria 3, de Estremoz, com blindados «Panhard». Não houve recontro, entrando as forças do Exército, também aderentes ao Movimento, pela rua Nova da Trindade.

Pouco depois, uma com-



Elementos da C. T. C. da Região Militar de Lisboa em posição no edifício da Emissora Nacional na Rua do Quelhas, ocupado durante a madrugada de hoje

# AVISA-SE A DGS PARA NÃO IMPEDIR A ACÇÃO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

— foi dito na reabertura (já sob controle do Movimento) da emissão da R.T.P.

As 18 e 40, a Radiotelevisão Portuguesa reabriu a sua emissão e, a partir desse momento, segundo logo declarou o locutor Fernando Balsinha, já controlada pelo Movimento das Forças Armadas. Foi o seguinte o texto integral lido aos microfones da R.T.P.:

«Muito boa tarde. A partir deste momento, o Movimento das Forças Armadas controla totalmente a estação emissora da Radiotelevisão Portuguesa. Dentro de momentos transmitiremos uma edição especial do Teletjornal para a qual pedimos a vossa melhor atenção.

Na madrugada do dia 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas Portuguesas, no decurso de uma acção conjunta, estabeleceu o «controlo» da situação política em todo o País, após ter ocupado diversos pontos estratégicos, nomeadamente os Ministérios, estações de radiodifusão e radiotelevisão, aeroportos e fronteiras.

O Movimento, que está cumprindo com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação o seu propósito de a libertar de um regime que a oprime

há longos anos e de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição das liberdades cívicas de que vem sendo privado:

O Movimento das Forças Armadas solicita aos estabelecimentos comerciais de todo o País para encerrarem as suas portas e insiste com a população para que se mantenha em casa com a maior tranquilidade até que seja normalizada a situação decorrente deste movimento, que, com o apoio do Povo Português, está neste momento histórico libertando a Nação de um regime que há longos anos a oprime.

O Movimento das Forças Armadas chama a atenção de todas as forças para-militares — P. S. P., G. N. R. e G. F. — para se manterem nos quartéis e obedecerem sem qualquer reserva às Forças Armadas. A desobediência por parte dos comandantes dessas forças ou dos seus subordinados constitui uma gravíssima falta que será severamente punida.

Avisa-se a Direcção-Geral de Segurança para a indispensa-

bilidade de por qualquer forma não impedir a acção do Movimento das Forças Armadas, pois de contrário, estas não hesitarão em aniquilar qualquer resistência que lhe seja oposta.

Atenção médicos e pessoal de enfermagem: embora felizmente não haja motivos para alarme e o Movimento das Forças Armadas procure evitar a todo o custo derramamento de sangue, solicita a vossa comparação nos hospitais e em outros locais próprios para assistência médica. Repete-se: os médicos e pessoal de enfermagem devem dirigir-se prontamente aos hospitais e outros lugares de socorro, dando assim, como é tradicional, bom exemplo das suas responsabilidades cívicas.

O Movimento das Forças

Armadas, considerando que é seu dever a defesa do País, como tal entendendo também a liberdade pública dos seus cidadãos, necessita de todo o povo a maior tranquilidade e que todos se mantenham em casa. Aos comerciantes incita que encerrarem os seus estabelecimentos.

A Radiotelevisão Portuguesa está com as Forças Armadas e com o seu movimento de salvação da Pátria e manter-se-á no ar informando os seus espectadores do desenrolar da situação.»

Foi ainda na altura informado que se aguardava a todo o momento a comparação, nos estúdios do Lumiar, dos elementos da Junta de Salvação Nacional, para dirigirem uma proclamação ao País.

# PELO POVO E PELAS SUAS LIBERDADES

(Continuado da 1.ª pág.)

o País está profundamente dividido, numa das horas mais graves da sua história e quando mais seria necessária uma solidariedade autêntica dos portugueses.

As Forças Armadas intervêm, mais uma vez, na vida pública portuguesa. Não pode ser para se imporem como uma classe; mas tem de ser para fazerem valer os direitos dos cidadãos a dispor do País que é de todos. Só dessa forma a sua intervenção se justifica: pôr termo ao Governo de um sector para instaurar um Governo do Povo e para todo o Povo, restituindo a este os direitos que nunca lhe deveriam ter sido arrebatados.

A braços com uma longa e mortífera guerra cujas responsabilidades cabem fundamentalmente ao regime autoritário que há quase meio século foi imposto à Nação e que nunca foi intérprete da vontade das populações, nem da Metrópole nem do Ultramar, temos antes de mais de clarificar a situação presente e respeitar os direitos de todos para a todos exigir os deveres de cidadania.

As Forças Armadas têm de se integrar no contexto da Nação e não sobrepor-se a ela. Só podem servir os interesses do povo; e não pôr-se ao serviço de um só partido ou de uma classe. Na medida em que as Forças Armadas sejam intérpretes do sentir do Povo Português e procurem restabelecer as liberdades fundamentais do cidadão, primeiras das quais consideramos o direito à vida e à expressão, trabalharão por Portugal.







# PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Ao princípio da noite, foi lido na R.T.P. a seguinte Proclamação da Junta de Salvação Nacional:

Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português, a Junta de Salvação Nacional a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a defluição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:

- Garantir a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluscontinental.
- Promover desde já a consciencialização dos portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião, em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas que hão-de polarizar tendências e facilitar a livre eleição por sufrágio directo de uma Assembleia Nacional Constituinte e a seguinte eleição do Presidente da República.
- Garantir a liberdade de expressão e pensamento.

- Abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade da eleição e a tarefa da futura Constituinte, e evitar por todos os meios que outras forças possam interferir num processo que se desaja eminentemente Nacional.
- Pautar a sua acção pelas normas elementares da Moral e da Justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuidos em declarações unversais, o fazer respeitar a paz cívica limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos.
- Respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados.
- Dinamizar as suas tarefas em ordem a, no mais curto prazo, o País vir a governar-se por Instituições de sua livre escolha.
- Devolver o Poder às Instituições constitucionais logo que o Presidente da República eleito, entre no exercício das suas funções.



Unidades de blindados em posição na Rua do Comércio. Um oficial-general procura convencer os civis a afastarem-se

## LIBERTADOS OS PRESOS DA TRAFARIA

As 17.45 a rede de rádio da G. N. R., com exploração em frequência modulada, dava conta de haverem sido libertados os elementos militares detidos na Trafaria, no número dos quais, segundo se pensa, estavam vários implicados, no levantamento de 16 de Março.

Ao mesmo tempo a corporação constatava que tinham sido «raptados» (o verbo utilizado foi este mesmo) elementos da G. N. R. e da Guarda Fiscal em serviço na Cova da Piedade. Os postos — ouviu-se também na rede — ficaram «desertos».

## LANCEIROS 2 RENDEU-SE

### ÀS 4 DA TARDE

Às 16 e 10, captámos na nossa redacção uma troca de mensagens rádio entre forças da G. N. R. Um dos postos informou o outro de que o Regimento de Lancieiros 2 se tinha, nesse momento, rendido.

Estaríamos refugiados nesta unidade os ministros Silva Cunha, Moreira Baptista, Pereira Crespo e Silva Pinto, o brigadeiro Pedro Serrano e o director-geral da Informação Geradaes Cardoso.

TODAS AS TERÇAS-FEIRAS LEIA

**R** técnica e civilização

TODAS AS SEGUNDAS-FEIRAS LEIA

**R** presença da mulher

## A RENDIÇÃO DO QUARTEL DO CARMO

(Continuado da 1.ª pág.)

Cavalaria de Tomar e por tropas de Infantaria 1, com carros blindados e armas ligeiras. Eram 17 e 10.

Sabe-se que o prof. Marcelo Caetano escolhera o quartel do Carmo como último refúgio e ali se encontrava quando as Forças Armadas forçaram a entrada. No momento em que redigimos esta notícia espera-se a chegada àquele aquartelamento do general António de Spínola.

A G. N. R. opôs tenaz resistência durante as horas que durou o cerco, mas a intervenção de uma força do Regimento de Cavalaria 3, de Estremoz, composta de três blindados «Panhard», uma esquadra de morteiros pesados e outros elementos, foi decisivo na mais demorada operação desencadeada pelo Movimento das

## O GENERAL SPÍNOLA NO QUARTEL DO CARMO

Precisamente às 18 horas, o general António Spínola entrou no quartel do Carmo aclamado delirantemente por uma enorme multidão.

## MÁRIO SOARES: É POSSÍVEL QUE VOLTE A LISBOA

PARIS. — (UPI-ANI) «É possível que volte a Lisboa se a democracia for restabelecida e se acabar a guerra no Ultramar» — declarou o dr. Mário Soares, secretário-geral, no exílio, do Partido Socialista Português.

«O Exército Português — acrescentou — não é o Exército chileno e tenho esperança de que a sua intervenção tenha por objectivo o restabelecimento das liberdades democráticas.»

## AS SAÍDAS DA CIDADE NO PORTO

PORTO — Todas as saídas da cidade foram controladas pelo Exército, que igualmente domina o aeroporto das Pedras Rubras.

Forças Armadas. Ao chegar junto do Largo do Carmo, após rendição de uma companhia da G. N. R. instalada nas imediações do Largo da Misericórdia, esta unidade abriu fogo, facto que parece ter convencido definitivamente os últimos fiéis ao regime.

## OS PRESOS POLÍTICOS NO FORTE DE CAXIAS

As 18 e 30, forças da GNR continuavam a patrulhar a cadeia de Caxias que se encontrava com os acessos cortados.

Dezenas de familiares de presos políticos mantêm-se nas proximidades aguardando a possibilidade de saberem do seu estado.

Entretanto, os agentes da PIDE-DGS, encontram-se no interior do Forte, transferindo, ao que parece, para as traseiras os presos políticos que lá se encontram.

Os familiares fizeram entrega, no Rádio Clube Português,

**AUTOMOBILISTA DISTRIBUI «REPÚBLICAS» GRÁTIS**

Cerca das 18 horas, um eufórico automobilista demonstrando das mais expressivas maneiras a sua satisfação distribuía gratuitamente aos transeuntes um molho de «Repúblicas» adquiridas por sua conta... e risco.

## JOVENS MANIFESTAM-SE NO PORTO

PORTO, 25 — O Exército interveio na Avenida dos Aliados, a fim de impedir a policia de reprimir os jovens que se manifestavam a favor do Movimento.

Contudo, cerca das 18 horas, a Policia de Segurança Pública disparou os seus revólveres sobre manifestantes que se tinham reunido frente à Câmara Municipal da cidade, apedrejando-a. Houve, pelo menos, vários feridos que foram transportados ao hospital.

## O BARREIRO NAS RUAS

Milhares de pessoas circulavam esta manhã pelas ruas centrais do Barreiro, devido a não terem podido embarcar nos barcos da C.R., que paralisaram o seu tráfego no Tejo, depois de por várias vezes não terem sido autorizados a desembarcar os passageiros no Terreiro do Paço.

Assim, registou-se no centro da vila um movimento desusado, sem que as pessoas tenham sido dispersas pelas forças da G.N.R., como habitualmente. Com efeito, não foi visto nenhum elemento da G.N.R. durante a manhã. Somente uma camioneta da Armada circulou, com cerca de vinte fuzileiros, pela zona junto ao rio, supondo-se que tenha depois recolhido ao quartel de Vale do Zebro.

Pela estrada que liga a «Outra Banda» a Lisboa o tráfego encontrava-se normalizado, não se vendo nenhum policia ao longo de todo o percurso. Na ponte, os automóveis circulavam normalmente.

## A CARRIS REDUZIDA A 50 %

Os efectivos da Carris estiveram hoje reduzidos a 50% não havendo circulação de viaturas na Praça do Comércio, na Rua da Alfândega e noutras zonas importantes da capital.

## AVISO REPETIDO À POPULAÇÃO

O Movimento das Forças Armadas tendo conhecimento de que elementos da Guarda Nacional Republicana se fazem passar por elementos amigos, avisa de que tais elementos são adversos, pelo que aconselha a população a abandonar o Largo do Carmo, o Rossio e o Camões.